

PAPEL DO TRABALHO NA CONTRUÇÃO DA VIDA SOCIAL

Ana Kelen Batista de Oliveira (PIBIC-AF-IS – CNPq/FA/UEM), Elizete Conceição Silva (Orientador), e-mail: elizetecsilva2007@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas e Letras/Maringá,

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas/ Área: Serviço Social

Palavras-chave: trabalho, sociabilidade, construção social.

Resumo

A presente pesquisa volta-se a analisar a categoria trabalho como atividade central na construção da vida social, entendendo-o enquanto uma ontologia do ser social e existente em qualquer sociedade. Aborda-se as transformações tanto da forma de apresentação do trabalho, quanto a construção da sociabilidade. Compreende-se que homem é produto e produtor do trabalho que executa, e ainda, que a partir dele o mesmo supre suas necessidades de sobrevivência, bem como, define sua identidade e como e com quem se. A realidade social orbita e existe a partir da inserção da força de trabalho do homem na natureza, sendo que ao altera-la o homem se altera mutuamente, de forma que ao existir trabalhando, se constrói o ser social.

Introdução

Esta pesquisa está pautada em bibliografias e se volta à compreensão do papel do trabalho na construção da vida social, intitulada de: “Papel do trabalho na construção da vida social”. O presente texto parte do pressuposto de que a realidade social se constrói com a ação do homem junto a natureza, por meio do trabalho. Seja ele enquanto atividade voltada para a própria sobrevivência, ou seja, enquanto produtor de mercadoria voltada para a comercialização. Posto isso, a discussão refere-se ao trabalho enquanto central na vida social, bem como com a apresentação da sociabilidade. As transformações ocorridas na forma de apresentação do trabalho ao longo da sociedade capitalista, promoveu e promove a construção de um “novo” homem.

Resultados e Discussão

O trabalho humano é a atividade que estrutura tudo que existe, sendo a partir dele que o homem obtém sobrevivência, e ao transformar a natureza mutuamente se transforma. Sendo assim, o trabalho por ser intrínseco e um bem inalienável do homem, esta presente e, toda e qualquer sociedade e período histórico, alterando somente sua forma de apresentação e organização de tempos.

Primordialmente o homem trabalhava para produzir em prol de suas necessidades vitais, depois de suprir as necessidades básicas passou a criar novas:

O trabalho teve origem na busca humana de satisfazer suas necessidades para sobreviver. Na medida em que essas necessidades foram sendo satisfeitas, outras mais surgiram, fazendo com que surgissem novas relações que determinaram a condição histórica do trabalho (O TRABALHO HUMANO: DAS SOCIEDADES COMUNAIS AO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL, 2005. p, 13-14.)

Sendo assim, uma vez alterando a apresentação de trabalho, também se altera o perfil do trabalhador, como ele vive e como se relaciona com os demais, ou seja, como a vida social se apresenta. A forma de apresentação e organização do trabalho reflete no perfil do ser social.

A força de trabalho na sociedade capitalista sua essência inicial de provedora de necessidades vitais se mercantilizou, o que produz um homem que pouco se diferencia das demais mercadorias, definido por um salário que está distante de representar seu respectivo valor real, aquele que produz não mais reconhece-se no que produziu e a essência do seu trabalho não é mais um bem só teu, agora ele foi transferido aqueles que detém o capital.

O homem é criativo e sua ação junto a natureza cria e transforma a realidade social. Com a criação das máquinas, promoveu-se um novo tipo de trabalho e de trabalhador, em outras palavras, a atividade produtiva do homem tornou-se uma mercadoria como as demais produzidas por ele. A diferença é que ele passou a receber um salário, esta distante de

representar seu valor de uso, a partir de então, sua mão de obra não mais lhe pertence, passou a ser propriedade do empregador. Posto isto, o trabalho já não mais representa a realização do homem e acaba por tornar-se um fardo pesado.

O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho exija (MARX, 1985, p. 154).

A sociedade moderna transformou o trabalho e a vida do indivíduo, subdividiu não só o trabalho, mas a vida do homem, porque até então ele conhecia a totalidade dos processos, mas deixou de obter esse conhecimento, a partir do momento em que passou apenas a executar uma determinada atividade, o planejamento e o processo como um todo lhe foi retirado, ou seja, o empregador / dono do meio de produção passou a desenvolver essa atividade e a classe trabalhadora tornou-se apenas a executora. dividindo então quem pensa e quem executa. Destaca-se ainda, que também que esta nova sociedade tem por objetivo o domínio, poder e controle do proletário, e não apenas no local de trabalho, mas, sobretudo, em sua vida pessoal para que haja um maior proveito de seu trabalho e assim obter cada vez mais capital.

O trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo põe-se a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para criar valores uteis tornou-se agora especificamente um processo para a expansão do capital (BRAVERMAN, 1997, p. 55-56).

Desta forma, o trabalho determina a construção do ser social, partindo da realidade apresentada.

O sistema capitalista de produção apresenta ao longo dos tempos mudanças na forma de organização do trabalho. No início do século XX (1914), implantou-se o sistema fordista de produção, o qual consistia na utilização de uma esteira para a realização do trabalho do homem. Neste

sistema, o controle até mesmo do tempo de produção passa às mãos do patrão.

Nesta estrutura cabe ao trabalhador uma única função na construção de determinado produto, sendo assim, acabam não tendo o conhecimento de todo o processo, executando somente o que é colocado a fazer, diferentemente da manufatura, onde os artesãos iniciavam e terminavam a mesma mercadoria. Esta implantada a divisão do trabalho.

Por meio da forma de organização de produção Fordista houve o aumento da produção e do lucro, além de que, o empregado passa a ser monitorado a todo instante para que torne mais ágil, produz mais, e se especialize em uma única atividade. Desta forma, é extraída ao máximo a força de trabalho do proletário para obtenção de maior lucratividade.

Segundo David Harvey (1993), o sistema fordista promoveu a construção de um “novo” tipo de homem para atender as necessidades do novo modo de produção capitalista. Para tal intento, passou-se a controlar a vida do trabalhador fora das fabricas, bem como, a promover a vida em família, com o objetivo de garantir que o empregado passasse a ter uma vida mais regrada e assim retomar ao trabalho no dia seguinte descansado e produtivo. No sistema fordista/taylorista, além de extrair, seu foco nada mais era do que produzir extraindo o máximo e melhor rendimento de cada funcionário, buscou-se a maximização da produção através da ênfase nas tarefas e na eficiência operacional. Em uma época pré-mecanizada o trabalhador era desqualificado e necessitava realizar tarefas repetitivas.

O novo modelo produtivo exige uma arquitetura de controle do metabolismo social do capital de novo tipo. Primeiro, pela “reordenação” espaço-temporal, tanto do trabalho quanto da vida social. A “extensão” da produção “redução” da vida social á logica da produção do capital são um modo de reordenação espaço-temporal do controle sociometabólico do capital que nasce na fabrica (ALVES, 2011, p.1180)

Para fazer da indústria mais eficiente Taylor, tinha em mente acelerar a produção por meio da organização, do oferecimento de comissão por rendimento, da diminuição da fadiga, da divisão do trabalho e do controle rígido.

Sendo assim, o taylorismo aperfeiçoou o processo de divisão técnica do trabalho, sendo que o conhecimento do processo produtivo era de responsabilidade única do gerente, que também fiscalizava o tempo destinado a cada etapa da produção. Outra característica foi a padronização e a realização de atividades simples e repetitivas. Taylor apresentava grande rejeição aos sindicatos, fato que desencadeou diversos movimentos grevistas.

Por último o toyotismo, criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, o sistema foi aplicado na fábrica da Toyota da onde se origina o nome. O mesmo espalhou-se a partir da década de 1960 por várias regiões do mundo e até hoje é aplicado em muitas empresas.

Dentre suas principais características estão: Mão de obra multifuncional e bem qualificada. Os trabalhadores são qualificados para conhecer todo o processo de produção, podendo atuar em várias áreas do sistema produtivo da empresa, sistema flexível de mecanização, voltado para a produção somente do necessário, evitando ao máximo o excedente.

Este sistema caracteriza-se por: a produção deve ser ajustada a demanda do mercado; uso de controle visual em todas as etapas de produção como forma de acompanhar e controlar o processo produtivo, e implantação do sistema de qualidade total em todas as etapas de produção. Além da alta qualidade dos produtos, busca-se evitar ao máximo o desperdício de matérias-primas de tempo, aplicação do sistema Just in Time, ou seja, produzir somente o necessário, no tempo necessário e na quantidade necessária, entre outros.

Neste modo de organização da produção, também denominado de acumulação flexível, almeja-se um novo tipo de homem, diferente do então promovido pelo sistema fordista/taylorista. Ademais, agora não é somente o corpo que o sistema requer, mas a proatividade, a criatividade e acabam capturando a subjetividade.

A organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipuladora de maior envergadura. Na nova produção do capital, o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, construída para cooperar com a lógica da valorização (ALVES, 2011, p.111)

O trabalhador não mais precisa ficar na empresa para estar trabalhando. Sua vida gira em torno dos interesses capitalistas no âmbito de produzir cada vez mais, de criar, de ser melhor. Isso enfraquece a coletividade, promove uma competitividade cada vez mais acirrada, sendo que todos a todo momento lutam para manter-se empregados.

Por outro lado, atualmente frente ao aumento de desempregados, aumenta-se o trabalhador atípico, ou seja, o trabalho informal, sem carteira assinada, sem direitos trabalhistas, sem qualquer garantia e/ou segurança ao trabalhador.

Posto isso, a sociedade capitalista além de fragmentar o trabalho, produz um tipo de homem a cada forma de organização, de modo a promover o enfraquecimento da coletividade, o trabalho e sua forma de se apresentar que acaba por ocasionar um brusco enfraquecimento da coletividade, das relações produtivas e até dos sindicatos. No primeiro, a coletividade é permeada por competição, a ânsia desenfreada em ser o melhor, produzir mais, bater as metas, subir de cargo torna as relações produtivas facilmente rompíveis. Quanto aos sindicatos, estes se enfraquecem e encontram dificuldade em absorver para a categoria classe trabalhadora, ou seja, trabalhador despossuído dos meios de produção. Um trabalhador não se reconhece no outro e, portanto, não somam.

Sendo assim, quanto mais distante da essência primeira do trabalho, mais distante está o homem de uma realização plena do ser. Da mesma forma, quanto mais fragmentado o coletivo, mais competitivo, individualista e só encontra-se o homem.

Conclusões

A discussão brevemente apresentada reflete a construção da vida social partindo da atividade de trabalho e sua forma de apresentação, caminhando por uma sociabilidade cada vez mais fragilizada e que pode facilmente romper. A mercantilização do homem e a forma com que sua vida orbita em torno do seu trabalho, principalmente nos dias atuais onde foi capturado por inteiro pelo sistema, o distancia cada vez mais da essência do trabalho enquanto meio de realização pessoal.

Referências

ALVES, Giovani. A “Captura” da subjetividade: nexos psicofísico e novo panoptismo. In: **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. SP: Bointempo, 2011.

BERGER, P., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro, 1977.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

MARX, Karl. **Processo de Trabalho e Processo de Valorização**. IN: O capital: crítica da economia (vol.1). São Paulo: Nova Cultura, 1985.

TAHER Paraná, SINDIPETRO (Pr\Sc), AEC. **O Trabalho Humano: Das Sociedades Comuns ao modo de Produção Feudal**. Caderno 2 da série “História Social do Trabalho”, 2ª. Edição. Curitiba, agosto de 2005, p. 1-61.